



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 128\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1500\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 780\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto nº 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial nº 26/92, de 30 de Junho

## ASSINATURAS

### Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	2 990\$00	2 210\$00
II Série.....	1 950\$00	1 170\$00
I e II Séries .....	4 030\$00	2 600\$00
AVULSO por cada página ..	8\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

### Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série .....	3 900\$00	3 120\$00
II Série.....	2 600\$00	2 210\$00
I e II Séries .....	4 940\$00	3 250\$00

### Para outros países:

I Série .....	4 420\$00	3 640\$00
II Série.....	3 250\$00	2 600\$00
I e II Séries .....	5 070\$00	4 125\$00

## SUMÁRIO

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

#### Decreto-Presidencial nº 6/99:

Condecorando, com a 1ª Classe da Medalha do Vulcão a vários cidadãos.

#### ASSEMBLEIA NACIONAL:

#### Resolução nº 125/V/99:

Aprovando para ratificação a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.

#### CHEFIA DO GOVERNO.

#### Rectificações:

À Portaria nº 18/99, de 26 de Abril.

Ao Decreto-Lei nº 24/99, de 3 de Maio.

À Portaria nº 22/99, de 24 de Maio.

#### CHEFIA DO GOVERNO, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS COMUNIDADES E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:

#### Portaria nº 29/99:

Aprova os modelos de diploma e de cartão de cidadão honorário.

#### MINISTÉRIO DO TURISMO, TRANSPORTES E MAR E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

#### Despacho:

Atribuindo a utilidade turística a SUNRISE BEACH CLUB, a título prévio.

#### Despacho:

Atribuindo ao restaurante O POETA, a utilidade turística.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto-Presidencial nº 6/99

de 28 de Junho

Usando da competência conferida pelo artigo 13º da Lei nº 54/II/85, de 10 de Janeiro, e considerando as disposições das alíneas *b)* e *f)* do artigo 2º da mesma Lei, na redacção que lhes é dada pelo artigo 1º da Lei nº 18/V/96, de 30 de Dezembro;

Considerando ainda o disposto no artigo 2º, da Lei nº 22/III/87, de 15 de Agosto e nas alíneas *c)* e *d)* do artigo 3º da mesma Lei na nova formulação do artigo 6º da Lei nº 18/V/96, de 30 de Dezembro, o Presidente da República decreta o seguinte:

#### Artigo 1º

Em reconhecimento da sua relevante contribuição para a expansão da cultura cabo-verdiana, para a afirmação dos valores de cabo-verdianidade e da identidade nacional e para conhecimento de Cabo Verde e tendo em conta a sua ampla e reconhecida intervenção nos domínios da criação artístico-literária, da música e da cultura, são condecorados, conforme adiante se indica, os seguintes cidadãos:

1. Senhora Margarida Gomes Varela (Nha Gida Mendi), a título póstumo, com a 1ª classe da Medalha do Vulcão;
2. Senhor Jaime de Figueiredo, a título póstumo, com a 1ª classe da Medalha do Vulcão;
3. Senhor Luís Romano Madeira Melo, com a 1ª classe da Medalha do Vulcão;

4. Senhor Aguiinaldo Brito Fonseca, com a 1ª classe da Medalha do Vulcão;
5. Senhor Luís Ramos Morais, com a 1ª classe da Medalha do Vulcão;
6. Senhor Ildo Neves Silva de Sousa Lobo, com a 1ª classe da Medalha do Vulcão;
7. Senhor Fulgêncio Lopes Tavares (Anu Nobu), com a 1ª classe da Medalha do Vulcão.

Artigo 2º

O presente Decreto-Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Palácio da Presidência da República, aos 16 de Junho de 1999. — O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

—————oSo—————  
ASSEMBLEIA NACIONAL

—————  
**Resolução nº 125/V/99**

de 28 de Junho

A Assembleia Nacional vota, no uso da faculdade conferida pela alínea a) do artigo 190º da Constituição, a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É aprovada para ratificação, a Convenção entre a República de Portuguesa e a República de Cabo Verde para evitar a dupla Tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal cujo texto em português faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2º

A presente Resolução entra imediatamente em vigor:

Aprovada em 27 de Maio de 1999.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Ondina Maria Fonseca Rodrigues Ferreira*.

**Convenção entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal**

A República Portuguesa e a República de Cabo Verde, desejando fomentar as suas relações económicas e culturais pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolver a cooperação na área da fiscalidade, acordaram nas disposições seguintes:

A República de Cabo Verde e a República Portuguesa, desejando fomentar as suas relações económicas e culturais pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolver a cooperação na área da fiscalidade, acordaram nas disposições seguintes:

CAPÍTULO I

**Âmbito da aplicação da Convenção**

Artigo 1º

**Pessoas visadas**

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2º

**Impostos visados**

1. Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento, impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários e impostos sobre as mais-valias exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2. Para efeitos desta Convenção, são considerados impostos sobre o rendimento, os incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, bem como sobre as mais-valias.

3. Os impostos actuais que constituem objecto desta Convenção são:

a) Relativamente a Portugal:

1º O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);

2º O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC);

3º A derrama;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Relativamente a Cabo Verde:

1º O imposto único sobre os rendimentos (IUR);

2º O imposto sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários e sobre as mais-valias;

3º A taxa de incêndio;

(a seguir referidos pela designação de «imposto caboverdiano»).

4. A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

## CAPÍTULO II

### Definições

#### Artigo 3º

##### Definições gerais

1. Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam a República Portuguesa ou a República de Cabo Verde, consoante resulte do contexto;
- b) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem direitos soberanos relativamente à pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- c) O termo «Cabo Verde» compreende o território da República de Cabo Verde situado na Costa Ocidental Africana, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação caboverdiana e o direito internacional, a República de Cabo Verde tem direitos soberanos relativamente à pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes.
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade ou qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave forem explorados somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;

h) O termo «nacionais» designa:

- 1º Todas as pessoas singulares que tenham a nacionalidade de um Estado Contratante;
- 2º Todas as pessoas colectivas, associações ou outras entidades constituídas de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante;

i) A expressão «autoridade competente» significa:

- 1º Relativamente a Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados;
- 2º Relativamente a Cabo Verde, o membro do Governo responsável pela área das finanças, o director-geral das Contribuições e Impostos ou os seus representantes autorizados.

2. No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo deverá ter, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante desta legislação fiscal sobre a que decorra de outra legislação deste Estado.

#### Artigo 4º

##### Residente

1. Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa:

- a) No caso de Portugal, qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar, e aplica-se igualmente a este Estado e, bem assim, às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado, apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado; e
- b) No caso de Cabo Verde, qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar, e aplica-se igualmente a qualquer pessoa ou sociedade residente sujeita ao regime de tributação territorial de Cabo Verde, a este Estado e, bem assim, às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

2. Quando, por virtude do disposto no nº 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);

- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente do Estado em que permanece habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3. Quando, em virtude do disposto no nº 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

#### Artigo 5º

##### Estabelecimento estável

1. Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa, através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2. A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina;
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extracção de recursos naturais.

3. A expressão «estabelecimento estável» compreende também:

- a) Um local ou um estaleiro de construção ou de montagem, bem como as actividades de supervisão em conexão com as mesmas, mas apenas quando a sua duração exceder 183 dias.
- b) A prestação de serviços, incluindo serviços de consultadoria, por uma empresa de um Estado contratante, através de empregados ou de outro pessoal, no outro Estado contratante, durante um período ou períodos que somem no total mais de 183 dias, em qualquer período de 12 meses.

4. Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;

- b) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa, mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa, mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa, mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5. Não obstante o disposto nos nºs 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente, a que é aplicável o nº 6 - actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no nº 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6. Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7. O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente de outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

### CAPÍTULO III

#### Tributação dos rendimentos

##### Artigo 6º

##### Rendimento dos bens imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o

equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. A disposição do nº 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4. O disposto nos nºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5. As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados dos bens mobiliários ou aos rendimentos derivados da prestação de serviços em conexão com o uso ou concessão do uso dos bens imobiliários que, de acordo com a legislação fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados dos bens imobiliários.

#### Artigo 7º

##### **Lucros das empresas**

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2. Com ressalva do disposto no nº 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3. Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração, efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4. Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

5. Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

6. Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

#### Artigo 8º

##### **Navegação marítima e aérea**

1. Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2. Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado ou, na falta do porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3. O disposto no nº 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação numa *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

4. Quando sociedades de países diferentes acordam em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio, o disposto no nº 1 aplicar-se-á à parte dos lucros do consórcio correspondente à participação detida nesse consórcio por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

#### Artigo 9º

##### **Empresas associadas**

1. Quando

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante; e

em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2. Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa desse Estado - e tributar nessa conformidade - os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada neste outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado, se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos,

se este outro Estado considera o ajustamento justificado. Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

#### Artigo 10º

##### Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que recebe os dividendos for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não excederá 10 % do montante bruto desses dividendos. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3. O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundadores ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

O termo «dividendos» inclui também os rendimentos derivados de associação em participação.

4. O disposto nos nºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7º ou do artigo 14º, consoante o caso.

5. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

#### Artigo 11º

##### Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que recebe os juros for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não excederá 10 % do montante bruto dos juros.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar esse limite.

3. Não obstante o disposto no nº 2, os juros provenientes de um dos Estados Contratantes serão isentos de imposto nesse Estado se:

- a) O devedor dos juros for o Governo do dito Estado Contratante ou uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local; ou
- b) Os juros forem pagos ao Governo do outro Estado Contratante ou a uma sua subdivisão política ou administrativa ou a uma sua autarquia local ou a uma instituição ou organismo (incluídas as instituições financeiras) por virtude de financiamentos por eles concedidos no âmbito de acordos concluídos entre os Governos dos Estados Contratantes.

4. O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos da dívida pública, de obrigações com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros e de outros créditos de qualquer natureza, bem como quaisquer outros rendimentos assimilados aos rendimentos de importâncias emprestadas pela legislação fiscal do Estado de que provêm os rendimentos.

5. O disposto nos nº 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros, por meio de um estabelecimento estável aí situado ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa.

Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7º ou do artigo 14º, consoante o caso.

6. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado.

Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

7. Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo dos juros ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12º

**Royalties**

1. As royalties provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Todavia, essas royalties podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que receber as royalties for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não excederá 10 % do montante bruto das royalties.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3. O termo «royalties», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza atribuídas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou pela televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secreto, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4. O disposto nos nºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das royalties, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm as royalties, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual as royalties são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa.

Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7º ou do artigo 14º, consoante o caso.

5. As royalties consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado.

Todavia, quando o devedor das royalties, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento das royalties e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento dessas royalties, tais royalties são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6. Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo das royalties ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das royalties, tendo em conta a prestação pela qual são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo, na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13º

**Mais-valias**

1. Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários considerados no artigo 6º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3. Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

4. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos nº 1, 2 e 3 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14º

**Profissões independentes**

1. Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado. No entanto, esses residentes podem ser igualmente tributados no outro Estado Contratante se:

a) o indivíduo dispuser, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades; mas apenas na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa; ou

b) a remuneração respeitante ao exercício das suas actividades no outro Estado Contratante for paga por ou em nome de um residente do outro Estado Contratante ou for suportada por um estabelecimento estável ou uma instalação fixa situado nesse Estado Contratante e exceder, no ano fiscal, o montante bruto equivalente a 18.000 Euros.

2. A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter

científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15º

**Profissões dependentes**

1. Com ressalva do disposto nos artigos 16º, 18º, 19º, 20º e 21º, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no nº 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de doze meses com início ou termo no ano fiscal em causa;
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16º

**Percentagens de membros de conselhos**

As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17º

**Artistas e desportistas**

1. Não obstante o disposto nos artigos 14º e 15º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto nos artigos 7º, 14º e 15º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3. Não obstante o disposto nos nºs 1 e 2, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, residentes de um Estado Contratante, só podem ser tributados neste Estado quando exercida no outro Estado Contratante no âmbito de um intercâmbio cultural ou desportivo acordado por ambos os Estados Contratantes.

Artigo 18º

**Pensões**

1. As pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

2. Não obstante o disposto no nº 1, os benefícios da segurança social e demais pensões pagas por um residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados no primeiro Estado mencionado.

Artigo 19º

**Remunerações públicas**

1. a) As remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas remunerações só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados neste Estado e se a pessoa singular for um residente deste Estado:

i) Sendo seu nacional; ou

ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2. O disposto nos artigos 15º, 16º, 17º e 18º aplica-se às remunerações e pensões pagas em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

Artigo 20º

**Professores**

Uma pessoa que é, ou foi imediatamente antes, residente de um Estado Contratante e que se desloca ao outro Estado Contratante, a convite do Governo desse outro Estado, ou de uma universidade ou de outra instituição de ensino ou de pesquisa científica sem fins lucrativos desse Estado, com vista unicamente a ensinar ou fazer investigação científica nas ditas instituições, ou em virtude de um programa oficial de in-



tercâmbio cultural, durante um período não excedente a dois anos, é isenta de impostos em ambos os Estados Contratantes pelas remunerações recebidas em consequência desse ensino ou investigação.

Artigo 21º

**Estudantes**

1. Uma pessoa que é, ou foi, residente de um Estado Contratante imediatamente antes de se deslocar ao outro Estado Contratante e que permanece temporariamente nesse outro Estado unicamente como estudante de uma universidade, colégio, escola ou outra instituição de ensino similar desse outro Estado ou como estagiário comercial, industrial, agrícola, florestal ou técnico será isenta de imposto nesse outro Estado, desde a data da sua primeira chegada a esse outro Estado Contratante em conexão com essa deslocação:

- a) Por todas as quantias provenientes de fora desse outro Estado e recebidas para fazer face à sua manutenção, estudos ou formação;
- b) Por um período que não exceda, no total, cinco anos, por qualquer remuneração não superior, anualmente, a 4750 Euros em virtude de serviços profissionais prestados nesse outro Estado, com vista a complementar as receitas de que dispõe para fazer face à sua manutenção, estudos ou formação.

2. Uma pessoa que é, ou foi, residente de um Estado Contratante imediatamente antes de se deslocar ao outro Estado Contratante e que permanece temporariamente neste outro Estado Contratante unicamente com o fim de estudo, pesquisa ou formação como beneficiário de subsídio, pensão ou prémio concedidos por uma organização científica, educativa, religiosa ou caritativa ou em virtude de um programa de cooperação levado a efeito pelo Governo de um Estado Contratante é isenta de imposto nesse outro Estado desde a data da sua primeira chegada a esse outro Estado:

- a) Pelo quantitativo desse subsídio, pensão ou prémio;
- b) Por todas as quantias provenientes de fora desse outro Estado e recebidas para fazer face à sua manutenção, estudos e formação;
- c) Por um período que não exceda, no total, cinco anos, por qualquer remuneração não superior, anualmente, a 4.750 Euros em virtude de serviços profissionais prestados nesse outro Estado, com vista a complementar as receitas de que dispõe para fazer face à sua manutenção, estudos ou formação.

3. Um residente de um Estado Contratante empregado de uma empresa desse Estado ou de uma organização mencionada no nº 2 deste artigo ou que com elas tenha um contrato e que permanece temporariamente no outro Estado Contratante por um período que não exceda um ano apenas para adquirir experiência técnica, profissional, comercial ou industrial de qualquer pessoa que não seja essa empresa ou organização é isento de imposto por esse outro Estado pela

compensação de serviços, onde quer que sejam executados, a não ser que o correspondente quantitativo exceda 4.750 Euros.

Artigo 22º

**Outros rendimentos**

1. Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante e donde quer que provenham não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2. O disposto no nº 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no nº 2 do artigo 6º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável nele situado ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação ao qual o rendimento é pago, efectivamente ligado com esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7º ou do artigo 14º, consoante o caso.

**CAPÍTULO IV**

**Eliminação da dupla tributação**

Artigo 23º

**Métodos**

1. a) Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o primeiro Estado deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago nesse outro Estado. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados nesse outro Estado.

b) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de um Estado Contratante for isento de imposto neste Estado, este Estado poderá, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento.

2. Relativamente aos residentes de Portugal, a expressão «imposto sobre o rendimento pago nesse outro Estado» empregue no parágrafo anterior, compreende qualquer importância que deveria ter sido paga como imposto caboverdiano, mas que não foi em virtude de isenção ou redução de taxas temporárias concedidas por força da legislação visando o desenvolvimento económico de Cabo Verde, nomeadamente a promoção de investimento estrangeiro. A dedução do imposto pagável em Cabo Verde, será efectuada até à concorrência do imposto que deveria ter sido pago, de acordo com o disposto na presente convenção. Este parágrafo aplicar-se-á durante os primeiros 7 anos de vigência da presente convenção. Posteriormente, as autoridades, dos dois Estados contratantes, consultar-se-ão sobre a prorrogação da sua aplicação.

## CAPÍTULO V

**Disposições especiais**

## Artigo 24º

**Não discriminação**

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2. Os apátridas residentes de um Estado Contratante não ficarão sujeitos num Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem na mesma situação.

3. A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4. Salvo se for aplicável o disposto no nº 1 do artigo 9º, no nº 7 do artigo 11º ou no nº 6 do artigo 12º, os juros, royalties e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado.

5. As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

6. Não obstante o disposto no artigo 2º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

## Artigo 25º

**Procedimento amigável**

1. Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no nº 1 do artigo

24º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de dois anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2. Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou aplicação da Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

## Artigo 26º

**Troca de informações**

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar esta Convenção ou as leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1º. As informações obtidas por um Estado contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou de sentença judicial.

2. O disposto no nº 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27º

**Cooperação fiscal**

Com vista à cooperação na área da fiscalidade, as autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão estabelecer acordos de acção de formação e de intercâmbio de pessoal qualificado, informações e estudos técnicos, bem como de experiências no domínio da organização e funcionamento da administração fiscal.

Artigo 28º

**Membros das missões diplomáticas e postos consulares**

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas e postos consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo 29º

**Disposições diversas**

As disposições da presente Convenção não podem ser interpretadas como limitando de algum modo as isenções, abatimentos, deduções, créditos ou outros desagravamentos que sejam ou venham a ser concedidos:

- a) Pela legislação de um Estado Contratante para fins da determinação do imposto cobrado por este Estado; ou
- b) Por qualquer outro acordo específico celebrado por um Estado Contratante.

**CAPÍTULO VI****Disposições finais**

Artigo 30º

**Entrada em vigor**

A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em .....o mais cedo possível

2. A Convenção entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis pela primeira vez:

- a) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja depois de 31 de Dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação;
- b) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no período de tributação que se inicie depois de 31 de Dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação.

3. O disposto nos artigos 8º, 13º, nº 3 e 15º, nº 3 aplica-se a partir de 1992.

Artigo 31º

**Denúncia**

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção

por via diplomática, mediante um aviso prévio mínimo de seis meses, especificando o ano da cessação antes de 31 de Dezembro do ano especificado no referido aviso. O aviso só poderá ser comunicado após a expiração de um prazo de 5 anos a contar da data em que a Convenção entrar em vigor. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

- a) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja depois de 31 de Dezembro do ano da denúncia;
- b) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos nos períodos de tributação que se iniciem depois de 31 de Dezembro ao ano da denúncia.

Em testemunho do qual, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito pelos Governos respectivos, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado na Praia, em 22 de Março de 1999, em dois exemplares em língua portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa, *ilegível* —  
Pelo Governo da República de Cabo Verde, *ilegível*.

**PROTOCOLO**

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os signatários acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção: Relativamente à alínea b) do nº 1 do artigo 4º, torna-se explícito que são considerados residentes de Cabo Verde, para efeitos desta Convenção, as pessoas ou sociedades que, posto que não sejam tributados em Cabo Verde em função da sua residência, sejam aí tributadas segundo a legislação de Cabo Verde e aí residam.

Quanto ao nº 5 do artigo 10º, torna-se explícito que o mesmo impede que um Estado Contratante tribute os dividendos distribuídos por uma sociedade dele não residente apenas pelo facto de esses dividendos terem origem em lucros obtidos no respectivo território, designadamente os obtidos através de uma sucursal.

Relativamente ao artigo 24º, considera-se que as disposições da Convenção não são impeditivas da aplicação por um Estado Contratante das respectivas normas internas respeitantes a subcapitalização ou a endividamento excessivo.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito pelo Governo respectivo, assinaram o presente Protocolo.

Feito em duplicado, na Praia, em 22 de Março de 1999, em língua portuguesa, sendo os dois textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República de Cabo Verde, *ilegível* —  
Pelo Governo da República Portugal, *ilegível*.

## CHEFIA DO GOVERNO

-----

## Secretaria-Geral

**Rectificação**

Por erro da Administração foi publicado de forma inexacta a Portaria nº 18/99, publicado no *Boletim Oficial* nº 13, I Série, de 26 de Abril, rectifica-se como segue:

Onde se lê:

...

Concelhos da Praia e São Domingos

...

3. 691 Felismina Almeida São Domingos

Deve ler-se:

...

Concelhos da Praia e São Domingos

...

3. 691 Felismino Almeida São Domingos

-----

Por erro da Administração foi publicado de forma inexacta o Decreto-Lei nº 24/99, publicado no *Boletim Oficial* nº 14, I Série, de 3 de Maio rectifica-se como segue:

Onde se lê:

Artigo 4º

(Organismos dependentes)

Sob a tutela e superintendência do Ministro da Saúde e Promoção Social funcionam:

Deve ler-se:

Artigo 4º

(Organismos dependentes)

Sob a tutela e superintendência do Ministro da Saúde funcionam:

Onde se lê:

Artigo 20º

(Direcção e Estrutura)

Subsecção V

Direcção de Recursos Humanos e Administração

Deve ler-se:

Artigo 20º

(Direcção e Estrutura)

Subsecção V

Direcção de Administração

Onde se lê:

Artigo 26º

(Conselho Nacional de Saúde)

1. Junto do Ministério da Saúde e Promoção Social funciona ...

Deve ler-se:

Artigo 26º

(Conselho Nacional de Saúde)

1. Junto do Ministério da Saúde funciona ...

Onde se lê:

Artigo 27º

(Comissão Nacional de Medicamentos)

1. Junto do Ministério da Saúde e Promoção Social funciona ...

Deve ler-se:

Artigo 27º

(Comissão Nacional de Medicamentos)

1. Junto do Ministério da Saúde funciona ...

Onde se lê:

Anexo

Quadro do pessoal do Ministério da Saúde

Pessoal Médico

Médico Geral IV, III, II, I 100

Médico Graduado IV, III, II, I 70

Médico Assistente IV, III, II, I 40

Deve ler-se:

Anexo

Quadro do pessoal do Ministério da Saúde

Pessoal Médico

Médico Geral IV, III, II, I 100

Médico Graduado IV, III, II, I 70

Médico Assistente IV, III, II, I 40

Médico Assistente IV, III, II, I 40

Onde se lê:

Pessoal Técnico	Referência	Número
Técnico Superior Principal	15	50
Técnico Superior	13	50
Técnico	12	50
Técnico Adjunto	11	120
Técnico Profissional 1º nível	8	120
Técnico Profissional 2º nível	7	100
Técnico Auxiliar	5	200

Deve ler-se:

Pessoal Técnico	Referência	Número
Técnico Superior Principal	15	50
Técnico Superior de Primeira	14	50
Técnico Superior	13	50
Técnico	12	100
Técnico Adjunto	11	120
Técnico Profissional 1º nível	8	120
Técnico Profissional 2º nível	7	100
Técnico Auxiliar	5	200

Onde se lê:

Pessoal Administrativo	Referência	Número
Oficial Principal	9	6
Oficial Administrativo	8	10
Assistente Administrativo	6	50

Deve ler-se:

Pessoal Administrativo	Referência	Número
Oficial Principal	9	10
Oficial Administrativo	8	10
Assistente Administrativo	6	50

Foi publicado de forma inexacta a Portaria nº 22/99, publicado no *Boletim Oficial* nº 17, I Série, de 24 de Maio rectifica-se como segue:

Onde se lê:

Portaria nº 22/99  
de 24 de Maio

Visto o número do artigo 3º do Decreto-Lei ...  
IGAE;

Deve ler-se:

Portaria nº 22/99

de 24 de Maio

Visto o número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei ...  
... IGAE;

Secretaria-Geral do Governo, 7 de Junho de 1999. –  
O Secretário-Geral, *Hélio Sanches*.

—————oço—————

CHEFIA DO GOVERNO,  
MINISTÉRIO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
EDAS COMUNIDADES  
E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
EDA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e da Justiça e da Administração Interna

**Portaria nº 29/99**

**de 28 de Junho**

Convindo aprovar os modelos de diploma e de cidadão honorário;

Nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 38/99, de 7 de Junho;

Manda o Governo de Cabo Verde, pelos Ministros da Presidência do Conselho de Ministros, dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e da da Justiça e da Administração Interna, o seguinte:

Artigo 1º

**(Aprovação)**

São aprovados os modelos de diploma e de cartão de cidadão honorário, os quais figuram em anexo à presente Portaria fazendo dela parte integrante, e que baixa assinada pelos Ministros da Presidência do Conselho de Ministros, dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e da Justiça e da Administração Interna.

Artigo 2º

**(Entrada em vigor)**

O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Gabinete dos Ministros da Presidência do Conselho de Ministros, dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e da da Justiça e da Administração Interna, 17 de Junho de 1999. – Os Ministros, *Rui A. de Figueiredo Soares – José Luís Jesus – Simão Monteiro*.



## Diploma de Cidadão Honorário de Cabo Verde

## Memória descritiva

1. O diploma de Cidadão Honorário é impresso numa folha formato A4, com a orientação “Landscape”.

2. O texto é inserido numa dupla esquadria que tem as seguintes características:

A esquadria exterior, de cor azul marinho, tem a espessura de 8 pt e dista 2 cm das margens superior e inferior da folha, e 3 cm das margens esquerda e direita da mesma.

A esquadria interior é de cor vermelha e dista 2mm da primeira, em todos os seus lados.

Em cada um dos quatro cantos da esquadria exterior é inserido um pequeno quadrado de cor amarela. Dois vértices opostos de cada um destes quadrados unem, nos seus extremos, os vértices das duas esquadrias, no ângulo em que se encontram inseridos

3. No interior das esquadrias, à distância de 1,5 cm do lado superior da esquadria vermelha e em posição central, são inseridas as Armas da República, na sua versão a cores.

4. A 4,5 cm da mesma porção da esquadria referida em 3 vai inserida a palavra “Diploma”, centrada e escrita em letras do tipo Vivaldi, em tamanho 48, com um espaço entre cada uma.

5. Sob a palavra “Diploma” a 1,5 cm da mesma, segue-se o texto, em letras de tipo Times New Roman, com orientação central, tamanho 18 e em itálico, e o traçado para inscrição do nome do beneficiário:

*Em reconhecimento da contribuição desinteressada e de grande relevância prestada a Cabo Verde, o Governo confere a*

---

*o presente diploma de*

6. Em Times New Roman, itálico e centrado, tamanho 26, insere-se o seguinte texto:

*Cidadão Honorário de Cabo Verde*

7. Reserva-se a seguir o espaço para datar o Diploma e para a assinatura de oficialização, pelo Primeiro-Ministro.

**Cartão de Identidade de Cidadão Honorário de Cabo Verde**

## Memória descritiva

O Cartão de Cidadão Honorário é de formato rectangular, com as dimensões de 8,5 cm por 5,5 cm. É impresso com a orientação “landscape”, retro e verso, como se especifica

## Em retro

Distando 1,5 mm de cada um dos lados maiores do cartão, uma linha de cor azul marinho, com 8,3 mm de comprimento e 4 pt de espessura. Paralela a cada uma destas linhas e dela separada de 1 mm, vai inserida outra linha, de cor vermelha, igualmente centrada, com o mesmo comprimento mas com 2 pt de espessura. No lado superior do cartão da linha vermelha situa-se por baixo da linha azul. No lado inferior posiciona-se por cima desta.

As armas da República são inseridas no canto superior esquerdo do cartão, de modo a que o centro da circunferência diste 2,5 cm da margem esquerda do cartão e 1,0 cm da margem superior do mesmo. A largura das armas é de 1 cm.

Centrado em função das armas vai inserido o texto “República de Cabo Verde”, em letras de tipo Times New Roman, tamanho 8. Por baixo deste, centrado da mesma referência, com o mesmo tipo mas de tamanho 11, insere-se o texto “Cartão de Cidadão Honorário”.

No canto superior direito, à distância de 2 mm da margem direita do cartão de 6 mm da margem superior, insere-se um quadrilátero de 2,7 cm de de altura e 2,5 de largura, demarcando o local onde será colocada fotografia do portador.

Seguem-se espaços para a inclusão do nome e a assinatura do portador. O texto “Nome:”, antecedendo uma linha, é em letra tipo Times New Roman, tamanho 8. O texto “Assinatura do Portador,” centrado, é em letra do mesmo tipo, tamanho 6. A linha inferior, para a assinatura, dista 1 cm da margem inferior do cartão. As duas linhas estão separadas em 8 mm.

## No verso

Em tipo Times New Roman, tamanho 8, insere-se o texto “O titular do presente cartão, de conformidade com o disposto no artigo 2º, do Decreto-Lei nº 38/99, de 7 de Junho, tem os seguintes direitos:

seguem-se as alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *d)*, reproduzindo o texto da legislação citada, na parte que interessa.

Finalmente, são reservados espaços para local e data de emissão, bem como para a assinatura do Governante que concede o cartão.

Os Ministros, *Rui A. de Figueiredo Soares* – *José Luís Jesus* – *Simão Monteiro*.

—————ofo—————

MINISTÉRIO DO TURISMO,  
TRANSPORTES E MAR  
EMINISTÉRIODAS FINANÇAS

—————

Gabinetes dos Ministros do Turismo,  
Transportes e Mar e das Finanças

**Despacho-Conjunto**

Tendo o Senhor Adriano Borges, solicitado a utilidade turística para um hotel de quatro estrelas denominado SUNRISE BEACH CLUB a instalar em Quebra Canela – Praia;

Por se tratar de um projecto de interesse que irá contribuir para o aumento do número de camas no país, particularmente na ilha de Santiago;

Atendendo ao local onde vai ser inserido, o número de empregados a serem criados e as actividades a desenvolver;

É atribuída a utilidade turística a SUNRISE BEACH CLUB, a título prévio, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 42/IV/92, de 6 Abril.

Gabinetes dos Ministros do Turismo, Transportes e Mar e das Finanças, 26 de Maio de 1999. – Os Ministros, *Maria Helena Semedo* – *José Ulisses Correia e Silva*.

—————

**Despacho-Conjunto**

Tendo a Senhora Joana Teresa Correia Ramos, de nacionalidade cabo-verdiana, requerido o estatuto de utilidade turística para o restaurante “O POETA”, em remodelação, no bairro de Achada de Santo António – Praia;

Atendendo ao nível das remodelações a serem efectuadas, a sua localização e sobretudo, a qualidade e a diversidade dos serviços a serem prestados;

Atendendo ainda que, pela sua envergadura, o referido empreendimento irá certamente contribuir para a realização dos objectivos da política nacional de turismo;

É atribuído ao restaurante “O POETA” a utilidade turística, a título prévio, nos termos do nº 2 do artigo 4º, e da alínea *b)* do artigo 3º, da Lei nº 42/IV/92, de 6 Abril.

Gabinetes dos Ministros do Turismo, Transportes e Mar e das Finanças, 26 de Maio de 1999. – Os Ministros, *Maria Helena Semedo* – *José Ulisses Correia e Silva*.